



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

IPAAM
FL. N° 130
ASS. 6

LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 149/2020

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

INTERESSADO: José da Cruz Rodrigues Bezerra - ME.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Estrada da Agrovila, nº 1022, km 01, Concordia, Envira-AM.

CNPJ/CPF: 05.541.690/0001-00

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

FONE: (97) 98105-5629

FAX:

REGISTRO NO IPAAM: 0503.0109

PROCESSO Nº: 0506.2020

ATIVIDADE: Lavra a céu aberto sem beneficiamento (exploração de Argila)

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Estrada da Agrovila, Nº 1022, km 01, nas coordenadas P1: 7°26'41,69"S e 70°0'37,68"W; P2: 7°26'41,69"S e 70°0'36,83"W; P3: 7°26'42,503"S e 70°0'36,83"W; P4: 7°26'42,50"S e 70°0'35,98"W; P5: 7°26'43,31"S e 70°0'35,98"W; P6: 7°26'43,31"S e 70°0'35,14"W; P7: 7°26'44,12"S e 70°0'35,14"W; P8: 7°26'44,12"S e 70°0'34,29"W; P9: 7°26'44,93"S e 70°0'34,29"W; P10: 7°26'44,93"S e 70°0'33,44"W; P11: 7°26'46,55"S e 70°0'33,44"W; P12: 7°26'46,55"S e 70°0'34,29"W; P13: 7°26'47,36"S e 70°0'34,29"W; P14: 7°26'47,36"S e 70°0'35,141"W; P15: 7°26'48,98"S e 70°0'35,14"W; P16: 7°26'48,98"S e 70°0'35,98"W; P17: 7°26'49,79"S e 70°0'35,98"W; P18: 7°26'49,79"S e 70°0'36,83"W; P19: 7°26'50,60"S e 70°0'36,83"W; P20: 7°26'50,60"S e 70°0'41,91"W; P21: 7°26'48,17"S e 70°0'41,91"W; P22: 7°26'48,17"S e 70°0'41,07"W; P23: 7°26'46,55"S e 70°0'41,07"W; P24: 7°26'46,55"S e 70°0'40,22"W; P25: 7°26'45,74"S e 70°0'40,22"W; P26: 7°26'45,74"S e 70°0'39,37"W; P27: 7°26'44,12"S e 70°0'39,37"W; P28: 7°26'44,12"S e 70°0'38,52"W; P29: 7°26'43,31"S e 70°0'38,52"W; P30: 7°26'43,31"S e 70°0'38,09"W; P31: 7°26'42,50"S e 70°0'38,09"W; P32: 7°26'42,50"S e 70°0'37,68"W, no Município de Envira-AM.

FINALIDADE: Autorizar a intervenção ambiental numa área de 4,2307 ha, para lavra de extração de argila inserida na poligonal do Processo ANM nº 880009/2020.

POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR: Grande **PORTE:** Médio

PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA: 01 ANO.

Atenção:

- **Esta licença só terá validade após expedição do título de lavra da ANM**
- Esta licença é composta de 15 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve permanecer na localização da atividade e exposta de forma visível (frente e verso).

Manaus-AM, 25 JUN 2020

Maria do Carmo Neves dos Santos
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza
Diretor Presidente

RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 149/2020

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0506.2020**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Segregar, acondicionar, armazenar, transportar e dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos oriundos da atividade de acordo com a Lei 12.305/2010 e NBR 10.004/2004, devendo manter em arquivo o registro de movimentação dos mesmos.
8. Proteger a fauna e a flora conforme estabelecido na Lei n.º 5.197/67;
9. É expressamente proibido o represamento e assoreamento dos corpos d'água existentes na área do empreendimento, devendo a transposição de corpos d'água ser realizada mediante autorização deste OEMA;
10. Paralisar imediatamente a atividade, quando da verificação de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos na área de influência direta e/ou indireta do empreendimento e comunicar ao IPHAN e ao IPAAM;
11. Transportar substâncias minerais em veículos devidamente cobertos por lona, no horário compreendido entre as 06:00 e as 18:00 horas (de acordo com o disposto na IN/SDS nº. 002/2009);
12. Realizar manutenção periódica dos ramais utilizados para o escoamento da produção mineral (de acordo com o disposto na IN/SDS nº. 002/2009);
13. Iniciar a atividade de lavra somente após demarcar a área a ser explorada (4,2307 ha), de acordo com as coordenadas geográficas contidas nesta L.O. com mourões devidamente identificados;
14. Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o Registro de Título Minerário expedido pela Agência Nacional de Mineração – ANM;
15. Apresentar semestralmente, relatório de desenvolvimento da atividade de acordo com PCA/PRAD, contendo: - Cronograma físico de progresso das principais atividades desenvolvidas, descrição dos resultados alcançados e o estágio de recuperação da área, acompanhado de relatório fotográfico com ART.